



VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA:

uma análise sobre as políticas de assistência no auxílio às mulheres vítimas da agressão

PSYCHOLOGICAL VIOLENCE:

an analysis of assistance policies to assist women victims of aggression

Antonia Paloma Romeu Rodrigues

Faculdade Princesa do Oeste (FPO)

Antônio Erivaldo Arruda Júnior

Faculdade Princesa do Oeste (FPO)

RESUMO

Nessa discussão iremos abordar a violência psicológica, uma agressão silenciosa e que acontece nos atos mais discretos do cotidiano. Esse tipo de agressão se apresenta em atos rotineiros dentro e fora do contexto familiar, e pode aparecer em discussões, xingamentos, privação de liberdade, humilhação, chantagem, etc.; ou seja, qualquer ato que atente sobre a liberdade da vítima e que implique na sua saúde psicológica. No entanto, por se tratar de uma agressão de difícil identificação não ganha notoriedade se comparada aos demais tipos de violência tipificados pela Lei Maria da Penha, como a física, sexual, moral e patrimonial. Com isso, o presente trabalho, através de uma abordagem qualitativa, tem como objetivo discutir a violência psicológica buscando abordar as diferentes faces que essa agressão pode apresentar no cotidiano feminino. Essa pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento, buscará analisar as políticas públicas de assistência voltadas para essas mulheres em situação de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Machismo. Violência. Gênero.

ABSTRACT

In this discussion we will address psychological violence, a silent aggression and that happens in the most discreet acts of everyday life. This type of aggression presents itself in routine acts inside and outside the family context, and can appear in arguments, curses, deprivation of liberty, humiliation, blackmail, etc.; that is, any act that concerns the freedom of the victim and that implies in its psychological health. However, because it is an aggression difficult to identify, it does not gain notoriety when compared to other types of violence typified by the Maria da Penha Law, such as physical, sexual, moral and patrimonial. With this, the present work, through a qualitative approach, aims to discuss psychological violence seeking to address the different faces that this aggression can present in women's daily life. This research, still under development, will seek to analyze the public policies of assistance directed at these women in situations of violence.

KEYWORDS: Machismo. Violence. Genre.



1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea a violência contra a mulher é uma problemática bastante discutida. Discussão que envolve o machismo existente em nosso cotidiano, que acaba por culpabilizar vítimas em situações de violações de direitos pelo simples fato de ser mulher.

A violência direcionada à mulher consiste em todo ato de violência de gênero que resulte em qualquer ação física, sexual ou psicológica, incluindo a ameaça (GOMES, 2007).

A temática violência psicológica ainda é um assunto pouco discutido, onde até os profissionais que lidam diariamente com estes casos tem dificuldade na apuração e no tratamento da agressão. Por isso a importância de trazer a temática para o meio social, para que mais pessoas possam identificar e responsabilizar os autores da violência, além de proporcionar as vítimas à oportunidade de recorrer aos dispositivos responsáveis.

Casos de violência psicológica não são algo incomum, esse tipo de agressão pode acontecer diariamente no contexto das relações sociais, na verdade a problemática está na comprovação desses casos, já que esses atos podem até ser romantizados, muitos vezes a vítima pode confundir repressão com zelo e cuidado, onde um ciúme exagerado pode ser interpretado como uma demonstração de afeto do parceiro e que é natural o homem se exaltar em determinadas situações.

O gênero feminino ainda sofre com traços preconceituosos e machistas, a sociedade acredita que a mulher deve ser submissa e acatar as normas dadas pelo o parceiro, pois uma mulher digna de respeito não deve contrariar o que a sociedade julga ser o correto para sua conduta, caso contrário ela deve ser exposta, ser rotulada de adjetivos depreciativos a sua imagem. O meio machista em que a mulher está inserida não só contribui para que a violência aconteça como também às críticas que são colocadas sobre a vítima fazem com que ela permaneça naquela situação.

Com isso, a necessidade de discutir mais sobre a questão, na qual é de bastante relevância social e é uma violência que cerca os diversos formatos de família.

A partir do exposto, esta pesquisa irá analisar a contribuição da política de assistência social junto a vítimas que sofrem violência psicológica, e a eficácia desse apoio na reestabilização dessas mulheres violentadas. Sobretudo analisar os impactos trazidos para seu cotidiano, e os reflexos dessa violência na convivência em sociedade e no âmbito familiar.



A presente pesquisa está em fase de desenvolvimento. Trata-se de uma abordagem qualitativa, na qual estamos realizando pesquisa exploratória. Que envolve uma aproximação para maior familiaridade com o objeto pesquisado (GIL, 2008).

No tocante a esse tipo (fase) de pesquisa, realizamos pesquisa bibliográfica, para uma maior fundamentação da discussão. Pesquisa documental, que são materiais que não receberam ainda um tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008).

Estamos realizando observação direta nos Centros de Referência em Assistência Social – CREAS de Crateús/CE, buscando identificar possíveis interlocutores, além de manter contato com os gestores das políticas de assistência em âmbito local. E assim, dá maior relevância a esse projeto, levando o mesmo a conhecimento da população do município acima referido. Ainda, pretendemos coletar dados, através de entrevista semiestruturada, com gestores locais das políticas de assistência e com as mulheres participantes dos grupos de convivência.

2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Estima-se que 120 milhões de mulheres jovens em todo o mundo, o equivalente a uma em cada dez, foi vítima de estupro ou violação até os 20 anos (MARABEI & SANTOS). Mesmo assim, são perceptíveis posturas extremamente conservadoras em relação à questão. Discutir o gênero feminino na sociedade é sem dúvidas levantar diversas problemáticas existentes no cotidiano feminino, infelizmente a mulher ainda sofre com os reflexos do conservadorismo nas suas relações sociais. Ainda que a sociedade contemporânea tenha se modernizado e se reinventado ao longo dos séculos, os traços preconceituosos e machistas sobre a figura da mulher ainda prevalece nos dias atuais.

Com isso, está à dificuldade de tratar a violência psicológica contra a mulher como um ato criminoso, por questões culturais enraizadas na nossa sociedade, a própria vítima tem dificuldade de identificar certas condutas como uma agressão, pois o meio em que ela está inserida considera normal discussão entre casais que tragam palavras depreciativas. Daí surge à insegurança da vítima de efetivar uma denúncia contra o agressor, pois na maioria das vezes ela teme pelas as críticas e julgamentos errôneos que a sociedade pode fazer.

Geralmente a violência psicológica inicia nas agressões verbais, aparentemente uma situação comum e que não tem muita gravidade. Porém, esse uso de depreciação pode



prejudicar a vítima em diversos aspectos emocionais, levando em consideração que essa narrativa com o passar do tempo pode piorar, ou seja, é uma destruição contínua do autovalor da vítima. Os traumas da violência psicológica são tão graves quanto os da violência física, a vítima se perde dentro de si mesma e passa a não sentir mais prazer na vida.

Segundo a Lei Maria da Penha/ nº 11.340/2006, configura-se como violência psicológica os seguintes atos:

Art. 7º II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Segundo dados levantados pela a Central de Atendimento a Mulher, a violência psicológica perde apenas para a violência física, mas há um alerta que aponta que a violência psicológica antecede os diversos outros atos de agressão contra a mulher, o que acaba confirmando que esse tipo de violência é um ato bastante presente no cotidiano feminino.

A família que remete um espaço de afetividade, segurança, harmonia e proteção, acaba sendo o campo da violência na vida de muitas mulheres (GOMES, 2007). O espaço sócio familiar é quase sempre a área frequente das agressões, geralmente o agressor é alguém bem próximo da vítima, ou seja, o pai, o marido, irmãos, tios, ex-namorados ou atuais etc.

Toda via, estudos mostram que homens violentos quando adultos, provavelmente sofreram violência desde a infância, inclusive podem ter presenciado agressão entre os pais. A vivência da violência familiar no cotidiano do indivíduo pode interferir na construção da identidade do gênero masculino, uma vez que os filhos usam como referência os pais, e eles tendem a reproduzir nas suas relações sociais as experiências vividas na família (GOMES, 2007).

Por muitas vezes, para justificar atos de agressão ocasionados pelo o homem, à sociedade recorre ao fator biológico. Procura-se explicar que é da natureza do homem ser impulsivo e violento, que essa necessidade por sexo é algo incontrolável. Esse discurso de naturalidade pode ser usado para legitimar casos de estupro e outros tipos de violência contra a mulher, esse discurso coloca que o homem não é totalmente responsável por suas atitudes, por ser um fator biológico que foge do seu controle, ele passa a ser também tratado como uma vítima das suas próprias ações (GIFFIN, 1994).

Bourdieu afirma que os privilégios do homem em relação à mulher também podem ser um mal, no qual o homem defende uma honra insaciável, submetidos às exigências



iminentes, a ordens simbólicas, e assim ele vai está preso e a todo tempo deve está afirmando essa condição de virilidade masculina.

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmarem toda e qualquer circunstância, sua virilidade. [...] A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga (BOURDIEU, 2012).

2.1 Violência de gênero

Na sociedade a construção de gênero se baseia ao que é atribuído ao homem e a mulher. A desigualdade já inicia nessa distinção, onde se idealiza o que deve ser para cada sexo e que dessa forma vai se reproduzindo socialmente.

Gênero é um conceito das Ciências Sociais que surge enquanto referencial teórico para análise e compreensão da desigualdade entre o que é atribuído à mulher e ao homem. Assim sendo, os papéis de gênero nos são ensinados como próprios da condição de ser homem ou mulher, configurando-se enquanto uma imagem idealizada do masculino e do feminino, de modo que não percebemos sua produção e reprodução social (GOMES, 2007).

Nesse contexto, rotulam ambos os gêneros de características típicas de cada um. Das mulheres esperam leveza, delicadeza, sensibilidade, subordinação e obediência. E pela a sua condição de poder engravidar, delegam a ela o papel do cuidado com os filhos, do marido e do lar. Já o homem, está relacionado à liderança, espaço público, a papéis provedor e chefe de casa, à virilidade, coragem e agressividade.

Com isso, o modelo de família tende a valorizar o homem, legitimando a dominação masculina. A mulher é inferiorizada em relação ao homem, sendo destituída de autonomia e sem poder de decisão sobre sua própria vida.

A luta diária das mulheres tem conquistado mais espaço na sociedade. Como é o caso da atuação profissional, mas que tem suas contraditoriedades. Embora a mulheres estejam ocupando mais os espaços de trabalhos no mundo público, é caracterizada por uma mão de obra mais barata, que atende aos interesses de lucro do capital. Além disso, essas mulheres mesmo exercendo atividades extensas ao lar, elas continuam com as responsabilidades domésticas, uma vez que passam a ter uma dupla jornada de trabalho.

Almeida (2001) coloca que a mulher por ser alvo de discriminação por muitas vezes tem que trabalhar mais para conquistar seu espaço, tem que colocar a prova sua emancipação e sua autonomia, principalmente se essa mulher for da classe subalterna.



“[...] discriminadas e subordinadas. A situação das mulheres pobre é bem mais precária. Sem grau de instrução, com salários menores que os dos homens e sendo “chefes de família”, têm que lutar bem mais, trabalhar duro, dentro e fora do lar, para garantir o sustento próprio e da família. Precisam, ainda mais, transgredir as regras da tipificação feminina para auto-afirmação, e, quando se envolvem em crimes, estão condenadas a suportar a discriminação, o preconceito e a injustiças.[...]” (ALMEIDA, 2001).

Com toda essa cultura patriarcal e machista, a mulher ainda se depara com muitas dificuldades de conquistar seu espaço no mercado de trabalho. Muitos cargos ainda são oferecidos apenas para o sexo masculino, ainda que uma mulher consiga conquistar um emprego no mesmo nível do homem, ela sofre com a diferenciação no salário. Almeida aborda em sua obra, que por muitas vezes quando a mulher pobre sai para o mercado de trabalho para desenvolver alguma atividade, por diversas vezes, esse trabalho ainda é uma atividade extensa ao lar, pois ela sai para trabalhar com atividades domésticas em outros lares (ALMEIDA, 2001).

2.2 Espaço da violência e Políticas Públicas

Em muitas situações a violência cometida contra a mulher tende a perdurar por mais tempo nos espaços marginalizados, levando em consideração que essas vítimas em sua grande maioria são esquecidas pelo o Estado e não tem informações adequadas a respeito dos amparos legais, ou não se reconhecem como vítimas. É evidente que mulheres de classe média/alta também são vítimas do machismo e da violência de gênero, porém mulheres com poder aquisitivo estável tem maior facilidade de sair de uma situação de violência, muitas vezes por terem mais acesso a informação ou por terem a consciência dos seus direitos legais.

Quando a mulher que sofre a violência é de classe baixa e é mulher negra a situação é ainda mais alarmante. Dados levantados pelo o Mapa da Violência entre 2003 e 2013, trás um levantamento que aponta que em 10 anos, o homicídio de mulheres negras saltou em 54,2%. Durante o ano de 2003, 1.864 mulheres foram assassinadas, sendo que já no ano de 2013 esse número aumenta para 2.875, o que resulta em 1.011 mulheres a mais. Em se tratando da mulher negra, o número de homicídios em relação à mulher branca no ano de 2003, era de 22,9% a mais, já no ano de 2013 esse número subiu para 66,7%. O homicídio de mulheres brancas caiu 9,8% entre 2003 e 2013.

Os dados descrevem a exacerbada violência que ocorre no cotidiano da mulher e que por vezes passa despercebida. Todo esse contexto pode ser agravado pelo fato de a sociedade julgar a violência como algo isolado de cada um, sendo de interesse apenas dos envolvidos na



questão, onde cabe somente à vítima sair daquela situação. No entanto, em algumas situações a vítima até tem vontade de romper com esse ciclo, mas por medo ou por não ter apoio, ela não encontra meios que faça ela se desligar daquela situação de opressão. Por isso é importante que a população também incorpore o papel de apoiar essas vítimas e demonstrar sensibilidade com os casos, podendo orientar a vítima como chegar aos órgãos que possam tomar as devidas medidas.

Em alguns casos isso acaba sendo um empecilho na efetivação de denúncias, devido ao desconhecimento da vítima de como chegar até esses meios de coibição da violência, ela pode passar anos de sua vida naquela situação. Outra questão que pode ser apontada para a não efetivação de denúncia, é o fato de a vítima guardar a esperança de que aquele contexto possa vir a mudar, já que nesses casos o agressor compõe um ciclo, onde ele agride, logo após se arrepende e faz promessas de mudanças, por conta disso, a vítima por medo de separar a família ou por acreditar no parceiro acaba aceitando aquela situação, a espera de uma futura mudança.

Tratar a violência no sistema judiciário é outro agravante constante, por se tratar de uma violência que não traz marcas imediatamente visíveis, necessita de todo um processo que acarreta em acompanhamento médico que formule um laudo comprovando que aquela vítima sofreu traumas psíquicos devido ao abuso da violência psicológica. Com isso, ainda há uma tramitação lenta que pode levar anos na justiça, e quando esse caso é retomado, os traumas na vítima já não estão tão pronunciados quanto no período em que a vítima estava inserida no contexto da violência, e isso acaba dificultando na comprovação legal.

Outro ponto importante que deve ser observado, é o despreparo de alguns profissionais de determinados órgãos para atender essas vítimas, muitos deixam seu senso comum interferir no acompanhamento dos casos e isso acaba deixando a vítima insegura, já que ela se encontra fragilizada com toda a situação, e assim passa a desacreditar nos mecanismos de apoio. Além disso, os casos são sempre transportados de um órgão para o outro, e isso acaba dificultando, levando em consideração que a vítima tem receio de narrar toda a história por várias vezes a diferentes pessoas.

Os serviços que o Estado oferece ainda são bastante fragmentados, quando a vítima procura esses órgãos ela se depara com imensas problemáticas, desde a transportação de um órgão para outro, onde essa vítima já fragilizada tem que repetir por diversas vezes os acontecimentos para várias pessoas e ainda são recepcionadas por profissionais que não sabem lidar com esse assunto e acabam fazendo julgamentos inadequados, se mostrando pouco sensibilizados com a vítima. Todo esse contexto acaba desmotivando a vítima e ela



passa acreditar que não será levada a sério, por conta disso ela prefere se isolar e guardar o problema apenas para ela.

Exemplos dessas políticas é Assistência Social (CRAS/CREAS ou Conselho Tutelar), Saúde (UBS, Hospitais, IML), Delegacia da Mulher (DEAM), Judiciário. No entanto, mesmo com uma gama de serviços ofertados pela a rede, ainda existem diversas problemáticas nesse enfrentamento, nem sempre os órgãos recebem essas vítimas da maneira correta, alguns profissionais podem sentir a dificuldade de ouvir a vítima sem interrompê-la, contestam os relatos ou questionam a conduta da vítima.

Alguns espaços ainda lidam com a dificuldade de estrutura, as condições de trabalhos são precárias, falta delegacias especializadas (DEAM), muitas vezes a vítima tem que ser atendida em uma delegacia comum, por vezes até junto do agressor. Um ponto pertinente é que na área da saúde por muitas vezes apenas as lesões corporais são levadas em consideração, e a medicação é colocada como primordial para solucionar os casos.

2.3 Violência e Saúde

As consequências da violência psicológica na vida das mulheres são degradantes, estudos já revelam que grande parte casos clínicos de saúde mental envolvem a violência psicológica. As vítimas diante desses casos se sentem cercadas, sem saída, passam acreditar nas acusações levando em consideração aquilo como a única verdade, sem chances para uma nova vida. Os comentários depreciativos acabam deixando a autonomia da mulher fragilizada, onde a vítima fica sem autoestima, sem vontade de se relacionar com outras pessoas e acaba se isolando.

Esse isolamento social que a vítima por muitas vezes se encontra, pode trazer sérios reflexos negativos na sua saúde, principalmente em se tratando de sua saúde mental. Ao se ausentar de atividades que naturalmente lhe trariam uma vida normal, essa mulher pode desencadear problemas depressivos ou situações mais severas. Um estudo realizado por Giffin (1994) retrata essa problemática da violência sobre a óptica da saúde, segundo a autora, a violência contra a mulher está dividida em consequências mortais e não mortais.

Segundo Giffin (1994), as consequências não mortais incluem lesões permanentes; como problemas crônicos, dores de cabeça, dor abdominal, infecções vaginais, distúrbios do sono e da alimentação, e doenças de efeito retardado como artrite, hipertensão, e doenças cardíacas. Já as consequências mortais incluem suicídio e homicídio.



Giffin (1994) em *Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde* trata da construção de posse que o homem acredita ter sobre o corpo da mulher. No trabalho a autora traz uma discussão sobre o impacto da violência na saúde reprodutiva da mulher. Um estudo realizado nos Estados Unidos revela que mulheres que sofrem violência por seus parceiros, tem um maior risco de sofrer aborto espontâneo e que os seus filhos tendem a nascer com baixo peso.

O estudo ainda aponta que por muitas vezes, os métodos contraceptivos podem ser evitados por medo de parceiros violentos. Em se tratando da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, as mulheres podem não optar pelo uso da camisinha por colocar em pauta a fidelidade do parceiro, o que pode gerar uma área de conflito.

Ainda abordando um pouco sobre as causas do adoecimento mental, Gonçalves em sua obra *Saúde Mental e Trabalho Social* ressalta que o adoecimento mental é provocado pela a privação da liberdade. Quando o indivíduo é preso de suas atividades naturais de sociabilidade, quando há outras pessoas que respondem por ele e tiram sua liberdade, é quase certo que este indivíduo será entregue ao adoecimento psíquico.

Gonçalves também coloca como ponto pertinente do adoecimento mental a violência contínua que o ser humano se sujeita no cotidiano das relações sociais, que aliena o homem e distancia todos entre si.

“[...] A alienação, cujo exemplo máximo (obedecidos os atuais padrões da análise da questão) é a chamada loucura, é o produto da violência das relações sociais que se alicerçam na violência das relações que regulamentam os conflitos entre o trabalho e o capital. A violência é uma constante em uma sociedade concentradora e predatória, excludente da participação política. A grande violência é, não raro, a violência silenciosa e silenciadora de uma sociedade homogeneizadora e autoritária produtora de homens atrofiados, distanciados de si mesmos, alheios às realidades internas que constituem a especificidade de cada indivíduo.[...]” (GONÇALVES, 1983).

3 CONCLUSÃO

Todo o contexto apresentado em relação à violência psicológica cometida contra a mulher demonstra a necessidade de discutir e trabalhar essa temática junto às essas vítimas e a sociedade em geral, todos os estudos e documentos que abordam a temática, traz consigo uma exacerbada naturalização da agressão, tanto por parte da vítima quanto por parte do agressor. Para romper com a naturalidade desses casos será preciso informar e conscientizar a sociedade dos agravos que uma simples ação cotidiana pode vir a impactar na vida de uma mulher, que qualquer conduta que afeta a saúde mental, trazendo graves problemas para o



desenvolvimento de uma vida saudável, deve ser enquadrada como uma agressão e receber as devidas medidas que cada caso pede.

O intuito maior é fazer com que essas vítimas possam identificar quando estiverem inseridas numa situação de violência psicológica e que elas tenham consciência de como agir para sair daquele meio em que ela está inserida. Além disso, é preciso trabalhar na divulgação dos órgãos que estão para auxiliar nesses casos e tentar fazer uma aproximação da vítima com as instituições para que elas recebam o tratamento adequado e, assim sejam reinseridas novamente na sociedade.

Diante disso, a veiculação de informações a respeito da violência psicológica contra a mulher, pode ser um importante mecanismo para diminuir o índice de naturalização dessas práticas abusivas e conseqüentemente contribuir na punição desses casos, que em sua grande maioria não são responsabilizados. Portanto, levantar essa discussão na sociedade atual é romper com paradigmas e construir novos ideais, é preciso conscientizar essas vítimas até onde praticas do cotidiano pode ser considerada normal, e que se uma mulher se sente coibida e presa em uma relação, ela deve compreender que ela pode sim escolher seu caminho e traçar sua própria trajetória sem medo de julgamentos errôneos de apenas que não tem embasamento algum, que se prende apenas ao senso comum.

Com o desenvolvimento da pesquisa, identificamos que apesar das fragilidades das políticas públicas voltadas para o atendimento das mulheres que sofrem violência psicológica, elas se constituem como uma resposta eficaz à violência de gênero, contribuindo para consolidação dos direitos garantidos pelas mulheres. Por isso, para obter resultados significativos na pesquisa, será necessário englobar todos esses aspectos que contribuem para permanência dessa agressão, dando ciência as vitimas como esse tipo de violência pode acontecer dentro do seu ciclo de relações.

REFERÊNCIAS

BOUDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CINTHIA, F.L.; ERIVÂNIA, B.C. **Vade Mecum do Serviço Social**. 7. ed. Fortaleza: premium, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Lúcia Maria S. Rodrigues. **Saúde Mental e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1983.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



GOMES, NP. Diniz, NMF. Araújo, AJS. Coelho, TMF. **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração.** Salvador: Acta Paul Enferm, 2007.

MARADEI, Anelisa; SANTOS, Marli dos. Violência contra as mulheres: o caso do estupro coletivo na esfera pública digital. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 143-168, Ago. 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442017000200143&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Set 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201729>.